



Estratégia
Concursos

5° SIMULADO

CICLO BÁSICO

RECEITA FEDERAL

Simulado Especial

5º Simulado Ciclo Básico Receita Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Receita Federal;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Receita-Federal-16-08-20>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Desde que o homem pensa, estamos em busca de valores absolutos tais como o bem, o sagrado, o belo – atemporais e independentes da história. O niilismo, que proclama a morte de Deus, contribuiu largamente para fazer acreditar na sua inexistência. Tanto para o niilismo filosófico quanto para o relativismo ético, toda investigação sobre valores é uma grande bobagem ou uma grande sacanagem; uma tentativa de fazer triunfar uma alegria sobre a outra em nome de uma verdade absoluta que faz *default* (padrão).

O problema é que apesar disso tudo temos que continuar vivendo e convivendo. E, salvo o melhor juízo, nossa vida e nossa convivência continuam dependendo de escolhas. E estas sempre implicarão a identificação do que mais vale a pena. Portanto, ainda que eles sejam uma grande bobagem ou uma grande sacanagem, a verdade é que continuaremos precisando de valores para fazer nossas escolhas, encontrar nossos caminhos, seja na particularidade de nossas vidas íntimas ou na coletividade da nossa ética social. E, mesmo que alguém sugira que não há liberdade alguma e que não passamos de células ignorantes, incapazes de identificar a complexa rede de causalidades que nos determina estritamente, o fato é que dentro dessa ignorância nos acreditamos livres, senhores de certa autonomia de escolha, trazendo de novo à baila a necessidade da discussão sobre os valores.

Aliás, a convicção de que os valores não passam de uma grande bobagem parece atender aos interesses de muitos. Porque assim estaríamos definitivamente chafurdados no reino da animalidade, onde o triunfo da força é garantidor do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho, alheio e sem importância.

(Clóvis de Barros Filho)

01. No 1º parágrafo, o autor

- a) defende que toda investigação sobre valores é uma grande bobagem.
- b) constata que o relativismo acarretou a morte de Deus.
- c) mostra que valores absolutos como o belo varia historicamente.
- d) declara que o niilismo promoveu a crença de que Deus não existe.
- e) classifica como uma grande sacanagem a discussão sobre valores.

02. De acordo com as ideias do texto,

- a) a ausência de valores absolutos é o que impede as pessoas de tomarem decisões em suas vidas íntimas.
- b) apesar da premissa de que a busca pelos valores é uma bobagem, eles permanecem imprescindíveis para tomada de decisão.
- c) os seres humanos não são autônomos para decidir, uma vez que são incapazes de identificar a complexa rede de causalidades os determina estritamente.
- d) a descrença nos valores é o que eleva o homem a um patamar acima do reino da animalidade.
- e) os valores absolutos garantem que a força triunfe sobre os apetites nas relações humanas complexas.

03. Porque assim estaríamos definitivamente chafurdados no reino da animalidade, onde o triunfo da força é garantidor do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho, alheio e sem importância. (3º parágrafo)

Considerando as relações originais do trecho, o segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- a) nas quais.
- b) do qual.
- c) à medida que.
- d) na qual.
- e) no qual.

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) alheio e sem importância (3º parágrafo) = externo e tedioso.
- b) nos acreditamos livres (2º parágrafo) = acreditamos que estamos livres.
- c) dentro dessa ignorância (2º parágrafo) = nessa profunda incerteza.
- d) apesar disso tudo temos que continuar (2º parágrafo) = mesmo assim temos de continuar.
- e) Desde que o homem pensa (1º parágrafo) = Caso o homem pense.

05. O capitalismo trouxe grande progresso e grandes dilemas; a resolução desses dilemas ameaça a ordem mundial como conhecida hoje, uma vez que resolver esses dilemas envolve, em muitos casos, eliminar as variáveis positivas desses dilemas.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) cuja a resolução – resolvê-los – as variáveis positivas deles
- b) a resolução de cujos – lhes resolver – as variáveis positivas dos mesmos
- c) em cuja resolução – resolver-los – suas variáveis positivas
- d) cuja resolução – resolvê-los – suas variáveis positivas
- e) cuja resolução desses – resolver-lhes – as variáveis positivas destes

06. Há pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:

- a) Aos homens não ocorrem, em tantas atividades e tantas obrigações, a ideia de tirar alguns minutos para refletir sobre o motivo de suas ações.
- b) A possibilidade de se produzir soluções para os dilemas da realidade cotidiana ainda envolve dicotomias.
- c) Em muitos países onde não faltam aos cidadãos médios um suporte razoável dos governos, a desigualdade tende a ser menor.
- d) Entre todas as dificuldades do capitalismo, especialmente em grandes economias, não haveriam como não destacar as metas infinitas de produtividade.
- e) Às práticas mais leoninas de exploração humana foram atribuídas as enormes margens de produtividade nas grandes potências industriais.

07. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:

- a) a convicção de que os valores não passam de uma grande bobagem / assim estaríamos definitivamente chafurdados no reino da animalidade (3º parágrafo).

- b) Desde que o homem pensa / estamos em busca de valores absolutos tais como o bem (1º parágrafo).

- c) proclama a morte de Deus / toda investigação sobre valores é uma grande bobagem (1º parágrafo).

- d) O problema / apesar disso tudo temos que continuar vivendo e convivendo (2º parágrafo).

- e) do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho / o triunfo da força (3º parágrafo).

08. Assinale a alternativa em que o segmento poderia ser adequadamente transposto para voz passiva.

- a) Desde que o homem pensa (1º parágrafo)

- b) estamos em busca de valores absolutos (1º parágrafo)

- c) temos que continuar vivendo e convivendo (2º parágrafo)

- d) nossa vida e nossa convivência continuam dependendo de escolhas (2º parágrafo)

- e) implicarão a identificação do que mais vale a pena (2º parágrafo)

09. A supressão das vírgulas modifica o sentido do seguinte segmento:

- a) o triunfo da força é garantidor do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho, alheio e sem importância.

- b) E, salvo o melhor juízo, nossa vida e nossa convivência continuam dependendo de escolhas.

- c) Portanto, ainda que eles sejam uma grande bobagem ou uma grande sacanagem, a verdade é que continuaremos precisando de valores para fazer nossas escolhas

- d) O niilismo, que proclama a morte de Deus, contribuiu largamente para fazer acreditar na sua inexistência

- e) continuaremos precisando de valores para fazer nossas escolhas, encontrar nossos caminhos, seja na particularidade de nossas vidas íntimas ou na coletividade da nossa ética social

10. — estamos em busca de valores absolutos? (1º parágrafo)

Caso a frase acima seja transposta para o discurso indireto, o elemento sublinhado assumirá a seguinte forma:

- a) estávamos.
- b) estaríamos.
- c) estiveram.
- d) estivéramos.
- e) estaremos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

11. Julgue os itens a seguir à luz dos princípios explícitos e implícitos da administração pública, assinalando, em seguida, a alternativa correta.

- a) Às entidades integrantes da Administração indireta que se submetem ao regime jurídico de direito privado e estão inseridas no desempenho de atividades econômicas não se aplica o princípio da publicidade.
- b) É terminantemente proibido que os gestores públicos, quando da publicação de suas obras e feitos, faça referência ao seu próprio nome. Do contrário, quem o fizer está infringindo diretamente o princípio constitucional da publicidade.
- c) O princípio da indisponibilidade do interesse público sobre o privado serve de fundamento para a utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada e empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.
- d) A exemplo dos princípios da legalidade e moralidade, os demais princípios dependem de legislações específicas para serem efetivamente aplicados no âmbito da Administração Pública.
- e) Quando da imposição de restrições de direitos individuais, em decorrência do exercício do poder de polícia, deve-se observar o princípio da proporcionalidade, contribuindo, dessa forma, para que a ação da Administração Pública não extrapole os limites razoáveis e necessários para a preservação do interesse público envolvido.

12. Acerca da organização da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) os serviços sociais autônomos, mais conhecidos com "Sistema S", não precisam realizar concurso público para a admissão de seus empregados, mesmo que sejam custeadas por contribuições parafiscais.
 - b) os consórcios públicos nada mais são do que uma espécie de contrato entre empresas privadas e a Administração Pública para a prestação de um serviço público delegado.
 - c) ao acompanhar a atividade de uma sociedade de economia mista, verificando se a mesma não está fugindo de seu campo de atuação, a administração pública direta estará exercendo uma espécie de poder hierárquico, em razão do controle de tutela.
 - d) a criação de uma autarquia, pessoa jurídica de direito público, se dá por meio da desconcentração administrativa.
 - e) as empresas públicas, assim como as autarquias, pertencem à Administração indireta e possuem personalidade jurídica de direito privado.
13. Assinale a afirmativa correta sobre os poderes administrativos.
- a) A discricionariedade da licença para construir, por exemplo, concede à Administração Pública a prerrogativa de revogá-la sempre que o interesse público o exigir.
 - b) Extraídas do poder de polícia, a autorização e a licença são medidas consideradas normativas.
 - c) Não há discricionariedade no poder disciplinar.
 - d) Segundo o STJ, há possibilidade de delegação de algumas fases do poder de polícia à iniciativa privada.
 - e) Em regra, o poder disciplina incidirá sobre os agentes públicos que cometerem infrações funcionais. Mas, em caráter excepcional será aplicado a particulares que tenham algum vínculo jurídico com a Administração Pública, exceto às concessionárias e às permissionárias de serviços públicos.

14. A respeito dos atos administrativo, a licença é considerada um ato

- a) enunciativo.
- b) ordinatório.
- c) negocial.
- d) normativo.
- e) discricionário.

15. Em um processo licitatório, na modalidade concorrência, observou-se que nenhum dos licitantes apresentou proposta compatível com o edital, o que acarretou a desclassificação de todos. Neste caso, a administração procederá a

- a) anulação do processo licitatório e lançamento de novo edital.
- b) fixação aos licitantes de um prazo de oito dias úteis para a apresentação de outras propostas.
- c) revogação do processo licitatório e lançamento de novo edital.
- d) fixação aos licitantes de um prazo de três dias para a apresentação de outras propostas.
- e) contratação por dispensa de licitação, objetivando não causar prejuízo à administração devido à abertura de um novo processo licitatório.

16. Analise os itens a seguir a respeito do pregão e, em seguida, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) O julgamento e a classificação das propostas se fazem pelo critério do menor preço, sendo observados outros requisitos, como especificações técnicas e parâmetros de desempenho.
- b) A equipe de apoio deverá ser composta em sua maioria por servidores de cargo efetivo ou emprego da Administração pública, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- c) Não havendo prazo fixado no edital, o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias.
- d) Uma vez declarado o vencedor, este deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

e) todos os participantes que fizerem ofertas com valores até 10% superiores ao valor da oferta de valor mais baixa poderão fazer novos lances verbais e sucessivos.

17. No que se refere aos agentes públicos, é correto afirmar que

- a) independentemente de autorização do servidor ou de processo administrativo anterior, poderá ser efetuado desconto em folha de pagamento de servidor público, referente a ressarcimento ao erário, conforme entendimento do STJ.
- b) uma vez aprovado em um concurso público, o pretense candidato deverá se atentar que a verificação de aptidão física e mental precede a sua nomeação.
- c) desde que não haja vedação expressa no edital, poderá a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação deste.
- d) na ação disciplinar, o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido e a abertura de sindicância não interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
- e) a aposentadoria compulsória também se aplica aos servidores públicos que ocupem exclusivamente cargo em comissão.

18. Aristóteles, servidor da Receita Federal do Brasil, é inimigo de Sócrates há mais de dez anos. Ao analisar a declaração de imposto de renda de deste, Aristóteles inseriu informações falsas sobre ele, o que gerou uma multa exorbitante. Não podendo pagar a multa, Sócrates acabou tendo seu nome negativado e ficou impossibilitado de realizar várias operações financeiras. Diante dessa situação, a responsabilização pelos danos que o declarante sofreu é

- a) objetiva de Aristóteles, independente de dolo ou culpa.
- b) subjetiva de Aristóteles, desde que fique comprovado o dolo.
- c) subjetiva do Estado, independente de dolo ou culpa de Aristóteles.
- d) excluída em relação ao Estado se ficar comprovado que houve um erro no sistema.

e) Objetiva do Estado, independente de Aristóteles ter agido com dolo ou culpa.

19. Em se tratando de contrato administrativo, é INCORRETO afirmar que

a) com exceção dos contratos de pequeno valor que não ultrapassem R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), feitas em regime de adiantamento, é nulo o contrato verbal com a Administração.

b) não cabe à Administração definir modalidade de garantia que será exigida na celebração do contrato.

c) a garantia exigida pela Administração não poderá exceder a 5% do valor do contrato, salvo no caso de obra de grande vulto que poderá chegar a 15%.

d) não é prerrogativa da Administração modificar, unilateralmente, cláusulas econômico-financeiras e monetárias do contrato.

e) é prerrogativa da Administração a rescisão unilateral do contrato em caso de dissolução da sociedade contratada.

20. De acordo com a Lei nº 8.429/92, descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração pública com entidades privadas

a) é um ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito

b) é um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

c) é um ato atentatório à dignidade da administração pública.

d) não é considerado ato ilegal.

e) é um ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. Cremício é enfermeiro em um grande hospital. Certa noite, quando já se preparava para deixar o local após o fim de mais um turno de trabalho, foi notificado pelo chefe do departamento de que a jornada de todos os profissionais da instituição

deveria ser estendida. Cremício, visivelmente exausto, recusou-se a permanecer de plantão, mas foi impedido de sair do prédio pelo diretor da entidade. Cremina, sua esposa, ao tomar conhecimento do fato, solicitou ao sindicato da categoria que impetrasse *habeas corpus* em favor do marido. Nessa situação, é possível afirmar que:

a) Cremina poderia ter impetrado *habeas corpus*, sem a necessidade de acionar o sindicato, desde que estivesse assistida por advogado.

b) O sindicato não detém legitimidade para atuar na defesa de interesses individuais da categoria, razão pela qual não poderá ajuizar a ação.

c) Tanto Cremina quanto o sindicato poderiam ter impetrado a ação, sem a necessidade de acionar advogado.

d) Cremina deveria ter impetrado o remédio constitucional, já que pessoas jurídicas não possuem legitimidade ativa em *habeas corpus*.

e) Como se trata de entidade particular, o hospital não poderá figurar no polo passivo da ação. Além disso, o *habeas corpus* é ação personalíssima, que somente poderia ter sido ajuizada por Cremício.

22. A respeito do controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira:

a) O controle difuso é exercido diante de ocorrências fáticas, gerando efeitos prospectivos e *inter partes*.

b) A questão prejudicial levantada no controle incidental de constitucionalidade não é revestida da coisa julgada material, podendo ser reapreciada em outro processo.

c) O Supremo, guardião da Constituição, atua apenas no controle concentrado, não possuindo competência para julgar ações em sede de controle difuso de constitucionalidade.

d) O controle difuso não permite a fiscalização de atos que tenham como parâmetro norma constitucional já revogada.

e) A declaração de constitucionalidade pelo Tribunal, no controle difuso, submete-se à cláusula de reserva de plenário.

23. Determinado estudante de Direito, ao apresentar seu trabalho de conclusão de curso, descreveu um modelo de Constituição que, segundo sua visão, refletia a realidade da estruturação da maioria dos Estados. De acordo com sua concepção, a Constituição, norma suprema, seria o produto de vários aspectos políticos e sociais da nação. De acordo com o aluno, não seria correto dizer, portanto, que o documento seria apenas fruto de uma decisão política fundamental ou do reflexo das relações de poder existentes. A banca avaliadora, tentando identificar o sentido de Constituição apresentado pelo aluno, deveria concluir que:

- a) A descrição do estudante se aproxima mais da concepção preconizada por Meirelles Teixeira, que idealizou o sentido cultural de Constituição.
- b) A descrição corresponde ao sentido lógico-jurídico de Constituição, propugnado por Hans Kelsen, que considerava a existência de uma norma hipotética e suprema como fundamento de validade de todo o ordenamento.
- c) O modelo apresentado corresponde à visão política defendida por Carl Schmitt, o qual considerava como determinante a realidade política do Estado.
- d) O sentido de Constituição exposto pelo estudante se aproxima daquele apresentado por Ferdinand Lasalle, para quem a Constituição deveria refletir a realidade social existente.
- e) O conceito apresentado pelo aluno reflete a concepção jurídico-positiva de Constituição, já que o documento positivado encontraria sua razão de existência no contexto político e social vigente.

24. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto dizer que:

- a) Apenas lei em sentido formal poderá instituir ou aumentar tributos.
- b) O princípio da anterioridade veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei que venha a instituí-los ou aumentá-los entre em vigor.
- c) O princípio da vedação ao confisco deve ser respeitado considerando-se a totalidade da carga tributária relativa a todos os entes instituidores.

d) O princípio da uniformidade geográfica, aplicável à União, aos estados, ao Distrito federal e aos municípios, impede a instituição de tributo que implique distinção ou preferência a determinadas regiões.

e) A imunidade tributária recíproca se aplica às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

25. O Presidente da República, dois meses após ter tomado posse no cargo, foi preso em flagrante ao cometer o crime de corrupção. A denúncia é apresentada perante o STF, que, diante da evidência de que o chefe do Poder Executivo estaria se beneficiando da função para praticar atos ilícitos, imediatamente decide pelo seu recebimento. Nessa situação, o estudo da Constituição Federal permite concluir que:

- a) O Presidente deverá ficar suspenso de suas funções, pelo prazo de 180 dias.
- b) A manutenção da prisão deverá ser decidida pela Câmara dos Deputados.
- c) O Presidente somente poderá ser processado após o término de seu mandato.
- d) Caso o julgamento não seja concluído em 180 dias, o Presidente deverá ser definitivamente afastado de suas funções.
- e) O presidente não poderia ter sido preso em flagrante e a denúncia deveria ter sido submetida ao juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados.

26. O Presidente da República editou, em caráter de urgência, medida provisória visando à abertura de créditos extraordinários para suprir despesas imprevistas e urgentes, não incluídas no orçamento anual. A proposta foi, então, enviada para o Congresso Nacional, quando seguiu para deliberação nas duas Casas. Entretanto, passados 60 dias da edição da medida, a votação ainda não havia sido concluída. Considerando as disposições constitucionais pertinentes, é possível afirmar que:

- a) A medida provisória somente seria prorrogada se, passados 90 dias de sua edição, a votação ainda não tivesse sido concluída.

- b) Findo os 60 dias sem a conclusão da votação, impõe-se o trancamento da pauta nas duas Casas Legislativas.
- c) A medida provisória é inconstitucional, por tratar de matéria orçamentária.
- d) A vigência da medida provisória sofreu prorrogação automática, por mais 60 dias.
- e) A medida provisória deverá ser considerada rejeitada, somente podendo ser objeto de nova proposição por iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas.

27. Genival, ex-servidor público aposentado compulsoriamente aos 75 anos de idade, pretende exercer algum cargo político no primeiro escalão do Poder Executivo do Estado X. Seu primo, Genivé, encontra-se em seu primeiro mandato como governador nesse mesmo Estado. A esse respeito, é possível afirmar que:

- a) Genival não poderá exercer qualquer função pública, em virtude de já ter atingido a idade limite para a aposentadoria compulsória.
- b) Genival poderá se candidatar ao mandato de governador, mas não poderá ser indicado por Genivé, caso este venha a ser reeleito, para a função de secretário estadual.
- c) Genival somente poderá se candidatar caso Genivé renuncie nos seis meses anteriores ao pleito.
- d) Genival não poderá acumular os proventos de sua aposentadoria com a remuneração relativa ao cargo de governador ou à de secretário estadual.
- e) Genival poderá se candidatar a governador do Estado X ou, ainda, vir a ser nomeado por Genivé como seu secretário.

28. Manoel e Lourdes são portugueses que vieram para o Brasil há seis meses, em razão de missão diplomática executada por Manuel, em nome do governo português. Dias após sua chegada ao país, deram à luz Miguel. Na ocasião, decidiram, também, estabelecer residência permanente em solo nacional. Segundo a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Em razão do tratado de reciprocidade existente entre Brasil e Portugal, Miguel deverá ser considerado brasileiro nato.

- b) Manoel e Lourdes somente podem requisitar sua equiparação aos brasileiros naturalizados após completarem um ano de residência ininterrupta no país.
- c) Miguel será considerado estrangeiro, ainda que seus pais, futuramente, submetam-se ao processo de obtenção da naturalização.
- d) Miguel, após atingida a maioria, poderá realizar a opção confirmativa, quando passará a ser considerado brasileiro nato.
- e) Miguel é brasileiro nato, uma vez que apenas Manoel encontrava-se a serviço de Portugal, na ocasião de seu nascimento.

29. Sobre o sistema constitucional de crises, considere:

- (I).** Exige manifestação prévia do Conselho da República para ser decretado.
- (II).** A titularidade para sua decretação é exclusiva do Presidente da República.
- (III).** Poderá haver suspensão da liberdade de reunião.
- (IV).** Não poderá ter duração superior a 20 dias.
- (V).** O Presidente da República somente poderá decretar a medida após a aprovação do Congresso Nacional.

Diz respeito ao estado de defesa o que se encontra descrito em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II, IV e V.
- d) III e V.
- e) I, IV e V.

30. Dois estados da Federação decidiram unir-se e dar origem a um novo ente. Para tanto, procedeu-se à consulta plebiscitária da população interessada, que manifestou-se positivamente à alteração federativa, bem como à oitiva das Assembleias Legislativas respectivas. Estas, no entanto, mostraram-se contrárias à proposta, o que não impediu sua aprovação, mediante lei ordinária federal. Com base no que prevê a atual Constituição, é correto dizer que:

- a) O procedimento, que consistiu na incorporação entre estados, seguiu o estabelecido na Carta Maior.

- b) A alteração territorial pretendida consiste na fusão entre estados-membros, o que somente poderia ter sido feito mediante edição de lei complementar federal.
- c) A proposta não poderia ter sido levada ao Congresso Nacional, já que o parecer das Assembleias Legislativas tem caráter vinculativo.
- d) A fusão entre estados é inconstitucional, já que, atualmente, encontra-se impedida a criação de novas unidades políticas no Brasil.
- e) A alteração federativa empreendida desrespeitou importante requisito constitucional, relativo à aprovação de cada unidade envolvida, mediante lei estadual.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

31. O setor pedagógico do Estratégia tem 14 funcionários, dos quais 8 são homens e 6, mulheres. Para organizar um evento com professores, é necessário montar uma comissão com 2 mulheres e 3 homens. De quantas maneiras diferentes essa comissão pode ser escolhida?
- a) Mais que 900
b) Mais que 850 e menos que 900
c) Mais que 800 e menos que 850
d) Mais que 750 e menos que 800
e) Menos que 750
32. Guilherme tem 7 barras de chocolate, todas de sabores diferentes, e uma caixa onde cabem apenas 3 barras de chocolate. Guilherme decide encher completamente a caixa com suas barras para presentear um amigo.
- Se a ordem em que as barras são colocadas na caixa não altera o presente, então o número de presentes diferentes que Guilherme pode criar com 3 de suas barras de chocolate é igual a:
- a) 35
b) 75
c) 150
d) 180

e) 210

33. Em uma urna encontram-se 14 bolinhas numeradas de 1 a 14. Uma pessoa retira, sem olhar e sem repor, duas bolas de dentro da caixa, sucessivamente. Qual a probabilidade de que os números nas duas bolinhas sejam ímpares?

- a) $1/3$
b) $1/8$
c) $1/16$
d) $3/13$
e) $5/14$

34. Uma reunião conta com X pessoas. Destas, 7 usam seus celulares para enviar mensagens, 10 usam o celular para jogar, 5 usam o celular para enviar mensagem e jogar e 3 não usam o celular ou apenas usam o celular para outras atividades. Portanto, X é igual a:

- a) 12.
b) 15.
c) 20.
d) 22.
e) 25.

35. Uma empresa emprega 60 homens e 70 mulheres. Sabe-se que 75% dos homens falam Inglês, enquanto 40% das mulheres não falam Inglês. Logo, o número de empregados desta empresa que são mulheres ou falam inglês é:

- a) 97.
b) 115.
c) 127.
d) 130.
e) 157

36. Thiago gastou $4/5$ de seu salário e lhe sobraram R\$ 350. Portanto, para que seu salário seja igual a R\$ 2.000, ele precisa receber um aumento de:

- a) Menos que 13,25%.
b) Mais que 13,25% e menos que 13,75%.
c) Mais que 13,75% e menos que 14,25%.
d) Mais que 14,25% e menos que 14,75%.

e) Mais que 14,75%.

37. Considere falsa a afirmação “Se átomos são incontáveis, então eles são infinitos”. Logo, é verdade que

- a) átomos não são incontáveis.
- b) átomos são incontáveis e são infinitos.
- c) átomos não são incontáveis ou são infinitos.
- d) átomos não são infinitos.
- e) átomos não são infinitos e não são incontáveis.

38. Sejam p e q proposições. Qual a opção cuja proposição composta substitui corretamente o ponto de interrogação na tabela verdade?

p	q	?
V	V	F
V	F	V
F	V	F
F	F	F

- a) $p \leftrightarrow q$
- b) $\sim(p \leftrightarrow q)$
- c) $p \rightarrow q$
- d) $\sim(p \rightarrow q)$
- e) $\sim(p \cdot q)$

39. Sejam as proposições simples:

p : Ronaldo é engenheiro.

q : Rafaela é artista.

A alternativa que apresenta a negação para “Ronaldo é engenheiro e Rafaela é artista” é

- a) Ronaldo não é engenheiro, e Rafaela não é artista.
- b) Ronaldo não é engenheiro ou Rafaela não é artista.
- c) Se Ronaldo não é engenheiro, então Rafaela não é artista.
- d) Ronaldo não é engenheiro se e somente se Rafaela não for artista.
- e) Ronaldo não é engenheiro, e Rafaela é artista.

40. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação equivalente à afirmação: “Se o Náutico é campeão do torneio, então o Sport não é”.

- a) Se o Náutico é campeão do torneio, então o Sport também é.
- b) Se o Náutico não é campeão do torneio, então o Sport é.
- c) Se o Sport é campeão do torneio, então o Náutico não é.
- d) Se o Sport é campeão do torneio, então o Náutico também é.
- e) Se o Sport não é campeão do torneio, então o Náutico é.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

41. O Município Y executa as seguintes atividades:

I - Exerce atividade de fiscalização municipal nos ambientes comerciais que produzem e vendem alimentos.

II - Presta o serviço de coleta de lixo a cada morador da cidade.

Acerca da situação apresentada, aponte a alternativa correta:

- a) A atividade I deve ser remunerada por meio de imposto específico para tal situação.
- b) As atividades I e II não se sujeitam à cobrança de tributos.
- c) A atividade II está sujeita à cobrança de taxa de lixo, já que se trata de serviço considerado específico e divisível.
- d) A atividade II está sujeita à instituição e cobrança de contribuição de melhoria.
- e) A atividade I está sujeita à taxa de serviço.

42. Sobre os princípios da anterioridade anual, nonagesimal e irretroatividade, julgue os itens abaixo e, ao final, indique a alternativa que contem os que estão corretos à luz do que dispõe a CF.

I – O IPI se sujeita ao princípio da anterioridade anual e irretroatividade, sendo exceção à noventena.

II – A contribuição de iluminação pública se sujeita ao princípio da Noventena, ao princípio da anterioridade anual e irretroatividade.

III – O imposto de importação se sujeita apenas ao princípio da anterioridade anual e irretroatividade, sendo exceção ao princípio da noventena.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II.
- b) I, II, III.
- c) I, III.
- d) I.
- e) II.

43. No tocante imposto de renda, aponte a alternativa correta:

- a) será informado pelos critérios da seletividade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.
- b) A sua base de cálculo do imposto é o montante presumido da renda ou dos proventos tributáveis.
- c) A incidência do imposto depende da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.
- d) Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, decreto do Poder Executivo Federal estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins da incidência do IR.
- e) O seu fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.

44. No tocante ao IPTU, aponte a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IPTU é sempre a propriedade de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- b) O CTN definiu como zona urbana aquela definida em lei, desde que observados requisitos mínimos, como meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais e abastecimento de água.
- c) A base de cálculo do IPTU poderá ser livremente fixada por cada Município.
- d) O CTN definiu que o possuidor do imóvel não será considerado contribuinte do IPTU.
- e) O CTN incluiu no contexto da base de cálculo do IPTU o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

45. Acerca das regras constitucionais a respeito da repartição das receitas tributárias, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- Admite-se que os entes distribuidores das receitas tributárias condicionem tal repartição ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias.
 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia de janeiro do ano subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
 - Pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- a) F, F, V
 - b) V, F, F
 - c) F, F, F
 - d) V, F, V
 - e) V, V, V

46. A respeito da legislação tributária, aponte a alternativa correta:

- a) A observância das normas complementares por parte do sujeito passivo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- b) Constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
- c) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- d) O CTN estabelece que a legislação tributária vigora dentro do território de cada ente federado, não havendo extraterritorialidade da legislação tributária.
- e) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, não sendo aplicável aos fatos geradores pretéritos e aos pendentes.

47. A respeito da solidariedade em matéria tributária, aponte a alternativa correta:

- a) O interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal não é elemento suficiente para gerar responsabilidade tributária, já que sua previsão deve ocorrer em lei ordinária.
- b) A solidariedade comporta benefício de ordem.
- c) Na solidariedade, como regra, a isenção do crédito tributário não beneficia todos os devedores solidários.
- d) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, sempre favorecerá ou prejudicará aos demais devedores solidários.
- e) O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

48. Acerca do tema domicílio tributário, e com base nas regras contidas no CTN, assinale a alternativa errada:

- a) Na falta de eleição, o domicílio tributário das pessoas físicas, será a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- b) Na falta de eleição, o domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais será o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos

que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

- c) Na falta de eleição, o domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito público será qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
- d) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, fixando de ofício o domicílio do sujeito passivo discricionariamente.
- e) O domicílio do sujeito passivo é fixado, como regra, pela eleição do próprio sujeito passivo.

49. Um tributo teve seu fato gerador ocorrido em 2018, porém o lançamento só foi realizado pela autoridade fiscal no ano 2020, após várias alterações na sua lei instituidora. Julgue os itens abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- () As novas normas que disponham sobre critérios de apuração ou processos de fiscalização desse tributo serão aplicáveis ao lançamento, ainda que editadas posteriormente à ocorrência do fato gerador.
- () Após a realização do lançamento, somente o sujeito passivo poderá provocar a sua alteração, nos termos do Código Tributário Nacional.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, F
- d) F, V, F
- e) F, F, F

50. A presunção de fraude em matéria tributária resta caracterizada a partir:

- a) da data do fato gerador.
- b) da data do surgimento da obrigação tributária principal.
- c) da data do lançamento tributário.
- d) da data da inscrição em dívida ativa.

e) da data do despacho do juiz ordenando citação em execução fiscal.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Júlio Cardoso

51. O artigo 176 da Lei no 6.404/1976, Lei das Sociedades, apresenta um conjunto de demonstrações contábeis que devem ser publicadas pelas sociedades anônimas (S.A.). Todavia, o pronunciamento contábil CPC 26) também define um rol de demonstrações contábeis também aplicáveis às S.A.

Analisando o comando da Lei 6404/76, em conjunto com o CPC 26, para a sociedade Sou Coruja S/A, uma sociedade anônima de capital aberto, temos que:

- a) a demonstração do resultado abrangente do período é de publicação obrigatória.
- b) a apresentação da demonstração do valor adicionado não é obrigatória, mas pode ser exigida legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo pode ser apresentada voluntariamente.
- c) apenas a publicação das demonstrações citadas na Lei 6404/76 é obrigatória. A lista prevista de demonstrações citadas no pronunciamento é de elaboração voluntária.
- d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração das origens e aplicações de recursos são obrigatórias para a empresa Coruja S/A.
- e) as publicações das demonstrações do valor adicionado, do resultado abrangente do período e do balanço social são obrigatórias para a Cia Coruja S/A.

52. O balancete a seguir refere-se à empresa Coruja Bolada S/A e utilize as informações para resolver à questão.

Contas	Saldos
Aplicações financeiras	R\$ 4.200,00
Bancos conta movimento	R\$ 4.200,00
Capital social	R\$ 13.500,00
Contas a pagar	R\$ 2.400,00
Custo das mercadorias vendidas	R\$ 27.900,00
Despesas de salários	R\$ 5.400,00
Despesas financeiras	R\$ 2.550,00
Despesas gerais	R\$ 8.100,00
Duplicatas a receber	R\$ 12.000,00
Estoques	R\$ 8.280,00
Financiamentos	R\$ 5.100,00
Fornecedores	R\$ 10.500,00
Reserva Estatutária	R\$ 3.000,00
Máquinas e equipamentos	R\$ 13.620,00
Receitas financeiras	R\$ 750,00
Reserva legal	R\$ 1.500,00
Vendas de mercadorias	R\$ 49.500,00

Assinale a alternativa que indica o valor do patrimônio líquido da empresa Coruja Bolada S/A em 31 de dezembro de 2020, após o encerramento do exercício, conforme balancete demonstrado.

- a) R\$23.850,00
- b) R\$24.150,00
- c) R\$24.300,00
- d) R\$24.450,00
- e) R\$24.600,00

53. A empresa de construção civil Super Obras S/A adquiriu equipamentos de informática e softwares aplicativos de gestão de pessoal no valor total de R\$ 200.000. Sabendo-se que 60% do valor total dessa aquisição refere-se ao aplicativo citado, 10% ao software específico e indispensável para funcionamento dos equipamentos e 30% refere-se exclusivamente aos equipamentos. Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa correta do registro contábil dessa aquisição.

- a) Intangível=R\$ 200.000.
- b) Imobilizado = R\$200.000.
- c) Imobilizado = R\$80.000; Intangível = R\$ 120.000.
- d) Imobilizado=R\$140.000; Intangível= R\$ 60.000.
- e) Imobilizado = R\$60.000; Intangível = R\$ 120.000; Despesas = R\$ 20.000.

54. A Cia Aribiri S/A pretende contabilizar a depreciação de uma máquina, utilizando o método da soma dos dígitos. O valor bruto contábil é R\$ 21.000,0. O valor residual determinado pela entidade foi de R\$ 3.000,00. A vida útil do bem é de cinco anos, e a taxa de depreciação ao ano é de 20%. Ao analisarmos o balanço patrimonial da Cia Aribiri S/A, qual o valor da depreciação acumulada da máquina mencionada ao final do terceiro ano pelo método da soma dos dígitos?

- a) () R\$ 18.400,00
- b) () R\$ 16.800,00
- c) () R\$ 14.400,00
- d) () R\$ 12.600,00
- e) () R\$ 10.800,00

55. A Sociedade Empresária Praia do Canto S/A apresentou os seguintes saldos no Ativo Circulante em 30/09/X4:

Contas a receber R\$360.000,00
(-) Perdas Estimadas com clientes R\$ 30.000,00

Em 10/X4, foi recebido o valor de R\$328.000,00, proveniente do saldo existente em 30/09/X4, e a diferença foi considerada incobrável, visto que o Cliente ABC declarou falência e não existe possibilidades de recebimento deste valor.

Com relação aos efeitos contábeis dos eventos apresentados, pode-se afirmar que:

- a) Deverá ser reconhecida, adicionalmente, uma perda complementar no valor de R\$32.000,00.
- b) Deverá ser reconhecido um desconto financeiro no valor de R\$32.000,00.
- c) Deverá ser reconhecido um abatimento no valor de R\$ 2.000,00.
- d) Deverá ser reconhecida, adicionalmente, uma perda complementar no valor de R\$ 2.000,00.
- e) Deverá ser reconhecida, adicionalmente, uma perda complementar no valor de R\$30.000,00

56. A Cia. Corujão S/A efetuou o teste de recuperabilidade do valor dos ativos (impairment test) em uma licença de seu ativo intangível, tendo registrado uma perda de valor de R\$ 56.000,00. A licença foi adquirida por R\$ 1.200.000,00, sem valor

residual, e na ocasião do teste, estava 40% amortizada. A companhia estimou o valor justo líquido das despesas de venda da licença em R\$ 650.000,00.

Diante do exposto, é correto afirmar que o valor em uso da referida licença foi estimado pela companhia como correspondente, em R\$, a:

- a) 652.000,00
- b) 644.000,00.
- c) 664.000,00.
- d) 660.000,00.
- e) 672.000,00.

57. Em 31/12/20x0, a Cia. Ananindeua S/A adquiriu uma aeronave, por meio de um contrato de arrendamento, para ser pago em 5 prestações anuais, iguais e consecutivas, de R\$ 240.000,00 cada, vencendo a primeira em 31/12/20x1. Sabe-se que o valor presente das prestações era R\$ 909.000,00.

Com NBC TG 06 (R2) - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, a Cia. Ananindeua S/A reconheceu

- a) um passivo no valor de R\$ 1.200.000,00 na data da aquisição.
- b) despesa financeira no valor de R\$ 291.000,00 no ano de 20x1.
- c) um ativo no valor de R\$ 1.200.000,00 na data da aquisição.
- d) um ativo no valor de R\$ 909.000,00 na data da aquisição.
- e) um ativo no valor de R\$ 909.000,00 e uma despesa financeira no valor de R\$ 291.000,00 na data da aquisição.

58. A empresa Boa Vista S.A. obteve, em 20x0, Lucro Líquido no montante de R\$ 200.000,00. No início de 20x0, a empresa possuía Capital Social de R\$ 1.600.000,00, Reserva Legal de R\$ 140.000,00, Reserva de Capital de R\$ 150.000,00 e Reserva para Contingências de R\$ 200.000,00. Sabendo que o Estatuto Social da empresa não define o percentual para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e que a Assembleia Geral já tinha informado que reverteria o saldo da Reserva de Contingência, o valor

distribuído na forma de dividendos mínimos obrigatórios, em 20x0, foi, em reais,

- a) 47.500,00.
- b) 195.000,00.
- c) 100.000,00.
- d) 97.500,00.
- e) 20.000,00.

59. Em 31/12/2019 a Cia. Alfa Beta adquiriu 80% das ações da Cia. das Delta Gama por R\$ 80.000.000,00 que foram pagos à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Delta Gama era R\$ 36.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 90.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o valor do Patrimônio Líquido contábil era decorrente da variação entre o valor de custo contabilizado e o valor justo de um terreno.

No período de 1/1/2020 a 31/12/2020, a Cia. Delta Gama reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

Lucro líquido de 2020: R\$ 6.000.000,00

Distribuição e pagamento de dividendos em 2020: R\$ 1.500.000,00

Com base nestas informações, é correto afirmar:

- a) O valor reconhecido em Investimentos pela Cia. Alfa Beta, na data da aquisição, foi R\$ 60.000.000,00
- b) O resultado de equivalência patrimonial do ano de 2020 foi R\$ 3.600.000,00
- c) O valor reconhecido em Investimentos pela Cia. Alfa Beta, na data da aquisição, foi R\$ 28.800.000,00
- d) O valor reconhecido no resultado, na data da aquisição, foi um ganho de R\$ 12.000.000,00
- e) O valor do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura foi R\$ 31.200.000,00

60. Os seguintes dados foram extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado da Cia. Acme S/A, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2021, sendo que as variações foram calculadas em relação aos valores de 31.12.2020:

Aumento de Contas a Pagar	10.000,00
Lucro Líquido do Exercício	48.000,00
Aumento de Fornecedores.....	2.000,00
Despesas de Depreciação do Imobilizado ...	17.000,00
Aumento de Recebíveis	6.000,00
Diminuição dos Estoques	5.000,00
Resultado Negativo da Equivalência Patrimonial	11.000,00

Considerando-se apenas esses dados, pode-se concluir que o Fluxo de Caixa das atividades operacionais da companhia representou uma entrada de caixa e equivalentes-caixa, em R\$, de:

- a) 87.000,00
- b) 99.000,00.
- c) 86.000,00.
- d) 80.000,00
- e) 91.000,00

AUDITORIA

Tonyvan Oliveira

61. O auditor pode levar em consideração alguns fatores ao determinar o tamanho da amostra para testes de detalhes. Quando da aplicação da técnica de amostragem estatística para esses testes, quanto menor o tamanho da amostra:

- a) a taxa tolerável de desvio será maior.
- b) a taxa esperada de desvio da população a ser testada será maior.
- c) a extensão dos riscos de controle, incluídos os controles considerados relevantes na avaliação de riscos do auditor será maior.
- d) a quantidade de unidades de amostragem na população será menor.
- e) no nível de segurança, conforme o qual a taxa tolerável de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população será maior.

62. Sobre documentação de auditoria, considere os seguintes fatores:

- I. Tamanho e complexidade da entidade;
- II. Natureza dos procedimentos de auditoria a serem executados.
- III. Riscos identificados de distorção irrelevante.
- IV. Necessidade de documentar a conclusão ou a base da conclusão prontamente determinável a partir da documentação do trabalho executado ou da evidência de auditoria obtida.

Segundo a NBC TA 230(R1), a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria dependem dos fatores que constam em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

63. Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria, em relação à concordância com os termos de trabalho de Auditoria e as condições prévias para uma auditoria, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O auditor independente deve determinar se a estrutura de relatório financeiro a ser aplicada na elaboração das demonstrações contábeis é aceitável.
- II. O auditor independente deve obter a concordância da administração de que ela reconhece e entende sua responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, incluindo, quando relevante, sua adequada apresentação.
- III. O auditor independente deve obter a concordância da administração de que ela reconhece e entende sua responsabilidade pelo controle interno que a administração determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Está(ão) CORRETO(S) o(s) item(ns):

- a) II e III, apenas.
- b) I, apenas.

- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

64. Materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) Os julgamentos sobre materialidade são afetados por um fator entre a magnitude ou a natureza das distorções.
- b) O julgamento sobre relevância deve considerar o possível efeito de distorções sobre usuários individuais.
- c) A determinação de materialidade pelo auditor não deve ser afetada por suas percepções pessoais.
- d) A materialidade é imutável no decorrer da auditoria.
- e) As circunstâncias relacionadas a algumas distorções podem levar o auditor a avaliá-las como relevantes, mesmo que estejam abaixo do limite de materialidade.

65. O sistema adquirido pela empresa KAKEKIM S.A. continha um erro de parametrização interna, não registrando na contabilidade cem notas fiscais de um total de 1.550 notas emitidas no mês de setembro de 2020. O auditor, ao aplicar os procedimentos de auditoria, constata o erro. O risco associado a essa falha é denominado risco de

- a) Negócio.
- b) Detecção.
- c) Inerente.
- d) Controle.
- e) Auditoria.

66. Fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal. Dois tipos de distorções intencionais são pertinentes para o auditor – distorções decorrentes de informações contábeis fraudulentas e da apropriação indébita de ativos. Em relação às características dos lançamentos contábeis fraudulentos ou outros ajustes – lançamentos contábeis inadequados ou outros ajustes, muitas vezes têm uma única característica de identificação. Tais características podem incluir lançamentos, EXCETO:

- a) feitos em contas não relacionadas, não usuais ou raramente usadas,
- b) feitos por indivíduos que geralmente não fazem lançamentos contábeis,
- c) registrados no fim do período ou como lançamento pós-fechamento, com pouca ou nenhuma explicação ou descrição,
- d) feitos antes ou durante o processo de elaboração das demonstrações contábeis que não têm números de conta, ou
- e) que contêm números quebrados e informações de centavos.

67. Dois tipos de distorções intencionais são pertinentes para o auditor – distorções decorrentes de informações contábeis fraudulentas e da apropriação indébita de ativos. A apropriação indevida de ativos envolve o roubo de ativos da entidade e, muitas vezes, é perpetrada por empregados em valores relativamente pequenos e irrelevantes. Entretanto, também pode envolver a administração, que geralmente tem mais possibilidades de disfarçar ou ocultar a apropriação indevida, de forma difícil de detectar. Nos termos da NBC TA 240(R1), são formas de como pode ser conseguida a apropriação indevida de ativos, EXCETO:

- a) Registrar lançamentos fictícios no livro diário, em especial no final do período contábil, de forma a manipular resultados operacionais ou alcançar outros objetivos.
- b) Fraudar documentos (por exemplo, apropriando-se de valores cobrados ou desviando valores recebidos

relativos a contas já baixadas para as suas contas bancárias pessoais).

- c) Furtar ativos físicos ou propriedade intelectual (por exemplo, furtar estoques para uso pessoal ou venda, roubar sucata para revenda, entrar em conluio com concorrentes para repassar dados tecnológicos em troca de dinheiro).
- d) Fazer a entidade pagar por produtos e serviços não recebidos (por exemplo, pagamentos a fornecedores fictícios, propina paga por fornecedores aos compradores da entidade em troca de preços inflacionados, pagamentos a empregados fictícios).
- e) Utilizar ativos da entidade para uso pessoal (por exemplo, usar ativos da entidade como garantia de empréstimo pessoal ou a parte relacionada).

68. O procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e na correção de distorções relevantes no nível de afirmações, é denominado

- a) Procedimento substantivo.
- b) Procedimento de avaliação de risco.
- c) Teste de controle.
- d) Inspeção.
- e) Observação.

69. Os procedimentos de Auditoria devem ser realizados para testar os registros contábeis, a fim de que o Auditor Independente obtenha evidências apropriadas e suficientes para sustentar a sua opinião. Nos termos das normas vigentes de auditoria, assinale a alternativa que apresenta o procedimento de Auditoria conhecido como circularização.

- a) Verificação, de maneira manual ou eletrônica, da exatidão matemática dos documentos ou registros apresentados.
- b) Acompanhamento, pelo Auditor, da contagem física do estoque realizado por funcionários da empresa.
- c) Execução, pelo Auditor, de forma independente, dos procedimentos ou controles para verificação do controle interno da empresa.
- d) Verificação de registros ou documentos, internos e externos, por quaisquer meios, ou examinar fisicamente a existência de um ativo.
- e) Recebimento de respostas de terceiros pelo Auditor.

70. O auditor independente tem total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria e essa responsabilidade não é reduzida pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos pelo auditor independente no seu trabalho. Nesse contexto, a natureza e a extensão dos procedimentos de auditoria do auditor independente devem estar em consonância com a sua avaliação sobre

- a) reuniões aleatórias e sem previsão dos assuntos a serem tratados, mantendo assim a independência.
- b) subordinação dos auditores internos aos auditores externos.
- c) trabalhos desenvolvidos de acordo com as determinações da administração da empresa e dos órgãos de governança.
- d) determinação da amostra, seleção dos documentos e revisão feitas pela auditoria externa.
- e) se a posição hierárquica da auditoria interna na organização e se suas políticas e procedimentos relevantes propiciam apropriada objetividade dos auditores internos.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Receita-Federal-16-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>